



Concurso Público CP/2/2021 para Aquisição de Sistema de Calibração de Geofones

Programa do concurso público



ÍNDICE

ARTIGO 1º.....	4
IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO	4
ARTIGO 2º.....	4
ENTIDADE ADJUDICANTE.....	4
ARTIGO 3º	4
PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO.....	4
ARTIGO 4º	5
DECISÃO DE CONTRATAR.....	5
ARTIGO 5º.....	5
PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 6º	5
PLATAFORMA ELETRÔNICA	5
ARTIGO 7º	5
ESCLARECIMENTOS RELATIVOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 8º.....	6
ERROS E OMISSÕES.....	6
ARTIGO 9º.....	6
INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS.....	6
ARTIGO 10º	7
PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
ARTIGO 11º.....	7
PREÇOS DA PROPOSTA	7
ARTIGO 12º.....	7
PROPOSTAS VARIANTES.....	7
ARTIGO 13º.....	8
PREÇO BASE E PRAZO MÁXIMO DE EXECUÇÃO	8
ARTIGO 14º	8
PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	8
ARTIGO 15º	8
DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA	8
ARTIGO 16º.....	9
DATA LIMITE E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS QUE A INSTRUEM	9
ARTIGO 17º	9
ABERTURA DAS PROPOSTAS	9
ARTIGO 18º	9
PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS	9
ARTIGO 19º	9
ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES DAS PROPOSTAS	9
ARTIGO 20º.....	11
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, CRITÉRIO DE DESEMPATE E RAZÕES DE EXCLUSÃO	11
ARTIGO 21º	11
RELATÓRIO PRELIMINAR	11
ARTIGO 22º	11
AUDIÊNCIA PRÉVIA	11



ARTIGO 23º	12
RELATÓRIO FINAL	12
ARTIGO 24º	12
NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, DA MINUTA DO CONTRATO, DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DA PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E DA CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....	12
ARTIGO 25º	13
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	13
ARTIGO 26º	13
MODO E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	13
ARTIGO 27º	14
NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
ARTIGO 28º	14
NOTIFICAÇÃO DE TODOS OS CONCORRENTES DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	14
ARTIGO 29º	15
CAUÇÃO.....	15
ARTIGO 30º	15
ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	15
ARTIGO 31º	15
RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	15
ARTIGO 32º	15
NOTIFICAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS AO CONTRATO	15
ARTIGO 33º	15
OUTORGA DO CONTRATO	15
ARTIGO 34º	16
NÃO OUTORGA DO CONTRATO	16
ARTIGO 35º	16
CONTAGEM DOS PRAZOS	16
ARTIGO 36º	17
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	17
Anexo I	18
Anexo II.....	20
Anexo III.....	21
Anexo IV.....	26



ARTIGO 1º

IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

1. O presente programa de concurso compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a contratação e aquisição de bens/equipamentos, identificados como lotes nos números seguintes.
2. O contrato referido no número anterior inclui o seguinte lote:
 - Lote a) Sistema de calibração de geofones 38540000-2 Máquinas e aparelhos para ensaios e medição)
3. O sistema de calibração de geofones é composto pelo conjunto dos equipamentos, cujas características técnicas encontram-se descritas no nº 23 do Caderno de Encargos. A totalidade dos equipamentos deve ser fornecida em conjunto, para assegurar a correta ligação entre os mesmos e o correto funcionamento do sistema de calibração de geofones.
4. Os artigos referidos no presente documento referem-se ao Código de Contratos Públicos (CCP), Decreto-Lei (DL) nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo DL nº 149/2012, de 12 de julho.

ARTIGO 2º

ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade pública contratante é a Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, abreviadamente designada por ADI, com sede na Rua Pedro Hispano nº12, Coimbra e com o NIPC 502 550 554.
2. Toda a correspondência respeitante ao procedimento de concurso deve ser dirigida para o seguinte endereço: Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, Rua Pedro Hispano nº12 • 3030-289 Coimbra • Portugal.

ARTIGO 3º

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

1. O procedimento de contratação reveste a forma de **Concurso Público Sem Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia** nos termos do disposto na **alínea b) do artigo 19.º e do artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP)**.



ARTIGO 4º

DECISÃO DE CONTRATAR

1. A decisão de contratar foi tomada pelo Professor Doutor Manuel Carlos Gameiro da Silva, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, habilitado para o ato nos termos.
2. A escolha e adoção do procedimento é efetuada nos termos do artigo nº 8 do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, pelos seguintes fundamentos: em cumprimento do código da contratação pública nos termos do artigo 20 nº1 alínea b), tendo em conta os montantes envolvidos.

ARTIGO 5º

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

O processo do concurso é composto pelas seguintes peças:

1. O anúncio publicado no *Diário da República*;
2. O presente programa do procedimento;
3. O caderno de encargos:
 - a) Especificações técnicas dos equipamentos a adquirir.

ARTIGO 6º

PLATAFORMA ELETRÓNICA

1. O Procedimento é integralmente tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública eletrónica utilizada pela entidade adjudicante – **ACINGOV** (<https://www.acingov.pt/>).
2. As peças do concurso são integralmente disponibilizadas de forma livre, completa e gratuita na plataforma eletrónica referida no número anterior, a partir da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 7º

ESCLARECIMENTOS RELATIVOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da **plataforma ACINGOV** (<https://www.acingov.pt/>), **dentro do primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das



propostas.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante serão prestados pelo Júri do procedimento, pela mesma via, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, juntando-se os mesmos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

ARTIGO 8º

ERROS E OMISSÕES

1. **No primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da **plataforma eletrónica ACINGOV** (<https://www.acingov.pt/>), uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas.
2. Para efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.
3. A lista a que se refere o número 1. deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões que sobre eles recaiam, são publicitadas na **plataforma eletrónica ACINGOV** <https://www.acingov.pt/> e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

ARTIGO 9º

INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

1. Até ao termo do prazo para apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar os locais de instalação dos equipamentos e realizar neles os reconhecimentos que entenderem



indispensáveis à elaboração das suas propostas.

2. Para o efeito previsto no número anterior, deverão os interessados solicitar à entidade adjudicante, através da **plataforma eletrónica ACINGOV** <https://www.acingov.pt/>) a marcação da data e hora em que desejam a realização da visita/inspeção.

ARTIGO 10º

PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Quando **forem prestados esclarecimentos ou efetuadas retificações de erros ou omissões** às peças do procedimento, ao abrigo do artigo 50.º do CCP, e estes sejam comunicados para além do prazo nele estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado por período equivalente ao do atraso verificado.
2. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas poderá ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
3. A decisão de prorrogação referida no número anterior será disponibilizada na **plataforma eletrónica ACINGOV** <https://www.acingov.pt/>) e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

ARTIGO 11º

PREÇOS DA PROPOSTA

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), **devendo ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.**
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. **Os valores dos preços unitários, bem como o valor global da proposta devem ser arredondados a duas casas decimais.**
5. Deverá ser apresentada nota justificativa dos preços apresentados.

ARTIGO 12º

PROPOSTAS VARIANTES



Não são admitidas propostas variantes.

ARTIGO 13º

PREÇO BASE E PRAZO MÁXIMO DE EXECUÇÃO

1. O preço base para efeitos do presente procedimento, é de 42.080,00 € (Quarenta e dois mil e oitenta euros), com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
2. O prazo global máximo de execução dos trabalhos é de 90 dias.

ARTIGO 14º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do disposto no presente programa e do estipulado no Código dos Contratos Públicos, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior em 50%, ou mais, ao preço base, devendo ser devidamente justificado.

ARTIGO 15º

DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I do programa de concurso**, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Memória Descritiva e Justificativa;
 - c) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.
 - d) Declaração de Indicação do Preço Contratual em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV do programa de concurso**;
2. Os documentos referidos no número anterior são obrigatoriamente redigidos em **língua portuguesa**.



ARTIGO 16º

DATA LIMITE E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS QUE A INSTRUEM

1. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados diretamente na **ACINGOV** (<https://www.acingov.pt/>) até às **18h00min do 7º dia** da publicação do anúncio no Diário da República.
2. Sempre que o prazo definido para apresentação da proposta termine em Sábado, Domingo ou feriado, passará para o dia útil seguinte, à mesma hora.
3. Não serão admitidos, em caso algum, os Concorrentes cujas propostas deem entrada depois de terminado o prazo fixado no n.º 1.

ARTIGO 17º

ABERTURA DAS PROPOSTAS

As propostas serão abertas no 1.º dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 18º

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes são obrigados a **manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias** contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas. Uma vez terminado esse prazo cessa para os Concorrentes, que não hajam recebido comunicação de lhes haver sido adjudicada a empreitada, a obrigação de manter as respetivas propostas.

ARTIGO 19º

ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES DAS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos Concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão



nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3. O júri, nos termos do nº3 do artigo 72.º do CCP, deve solicitar aos Concorrentes que, no **prazo máximo de cinco dias úteis**, procedam ao **suprimento das irregularidades** das suas propostas, causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam do mesmo, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

4. É ainda concedida ao Júri a possibilidade de proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido, de acordo com o estipulado no CCP.

5. Os pedidos formulados pelo Júri nos termos previstos nos números 1 e 3 do presente artigo, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os Concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

ARTIGO 20º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, CRITÉRIO DE DESEMPATE E RAZÕES DE EXCLUSÃO

1. A adjudicação será feita de acordo com o seguinte critério:
 - a) A avaliação das propostas dos concorrentes será efetuada de acordo com a fórmula de classificação que se segue e o ordenamento das mesmas será expresso numa escala de 1 a 5 pontos, que poderão ser fracionários:

$$CF=0.5 *AR+0.5 *PC$$

Fatores que densificam o critério de adjudicação	Avaliação da proposta	Coefficiente de Ponderação
AR – Adequação aos requisitos técnicos e funcionais	[4 a 5] – Excelente: quando o concorrente apresente uma proposta que satisfaz os requisitos expressos no Caderno de Encargos, excedendo-os e com uma concepção adequada às necessidades; [2 a 3.999] – Suficiente: quando o concorrente apresente uma proposta que satisfaz os requisitos expressos no Caderno de Encargos; [1 a 1.999] – Insuficiente: quando o concorrente apresente uma proposta que satisfaz os requisitos expressos no Caderno de Encargos, mas com uma concepção menos adequada às necessidades;	0.5
PC - Preço a pagar e condições financeiras	[4 a 5] – Excelente: quando o concorrente apresente uma proposta em que o preço se enquadre no preço relativo mais baixo (excluindo o IVA), calculado pelo rácio valor proposto e prazo de execução.	0.5



	[2 a 3.999] – Suficiente: quando o concorrente apresente uma proposta que se enquadre no preço relativo médio (excluindo o IVA), calculado pelo rácio valor proposto e prazo de execução. [1 a 1.999] – Insuficiente: quando o concorrente apresente uma proposta que se enquadre no preço relativo mais elevado (excluindo o IVA), calculado pelo rácio valor proposto e prazo de execução.	
Total:		1

2. Em caso de empate será privilegiada a proposta que apresentar o valor mais baixo.
3. No caso de se manter empate entre concorrentes, proceder-se-á à adjudicação daquela cujo prazo de entrega se revelar menor.
4. Caso persista o empate após aplicação do(s) critério(s) definido(s) no(s) número(s) anterior(es), o desempate é feito por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.
5. **A exclusão de quaisquer propostas** que violem quaisquer das regras indicadas no **artigo 70.º do CCP**.
6. As propostas apresentadas não são objeto de negociação.

ARTIGO 21º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. As propostas serão analisadas pelo Júri do Concurso nomeado para o efeito, podendo este socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O Júri do Concurso elabora um Relatório Preliminar de Análise das Propostas fundamentado sobre o mérito das mesmas, nos termos do artigo 146.º do CCP, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com metodologia de avaliação fixada neste programa para o efeito.
3. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá, também, propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do nº 2 do mesmo artigo do CCP.

ARTIGO 22º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. Após elaborado o relatório preliminar será o mesmo submetido a audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.
2. Os Concorrentes têm **10 (dez) dias** úteis após a notificação daquele relatório, para efeitos de pronúncia.



3. A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes que serviram de base para a decisão, nas matérias de facto e de Direito.

ARTIGO 23º

RELATÓRIO FINAL

4. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri do Concurso elaborará, nos termos do artigo 148.º do CCP, um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 24º

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, DA MINUTA DO CONTRATO, DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise das propostas.

2. Juntamente com a notificação acima referida, o Órgão competente para a decisão de contratar envia ao Adjudicatário a minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP, e notifica-o para, nos prazos previstos neste Programa de Procedimentos ou noutros documentos constituintes do Concurso apresentar os documentos de habilitação, proceder à confirmação dos compromissos assumidos (quando aplicável) e se pronunciar sobre a referida minuta de contrato.



ARTIGO 25º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

O Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo <https://rcbe.justica.gov.pt>;
- d) Número de Identificação Fiscal do Adjudicatário;
- e) Indicação do(s) representante(s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, com indicação dos números de Cartão de Cidadão e Identificação Fiscal,

ARTIGO 26º

MODO E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

- 1. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário é de **10** (dez) **dias úteis** a contar da data de notificação da decisão de adjudicação.
- 2. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, com exceção daqueles que pela sua própria natureza ou origem se encontrem redigidos em língua estrangeira, caso em que devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 3. O Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, deverá enviá-los para o seguinte endereço de correio eletrónico info@adai.pt
- 4. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento do desenvolvimento do procedimento, exigir ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigíveis para a execução do contrato, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 5. No caso de se verificarem **irregularidades nos documentos de habilitação** apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º, o adjudicatário é notificado para as **suprir no prazo de 5** (cinco) **dias úteis**.



6. Quando o Adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos referidos no nº. 1, devem ser apresentados por todos os seus membros.

ARTIGO 27º

NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no presente programa do procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou, acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o Adjudicatário é notificado para se pronunciar, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias.
3. Caso o facto que determina a caducidade da adjudicação não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta ou para a supressão de irregularidades, correspondente a 5 (cinco) dias a contar da notificação que para o efeito lhe seja remetida, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 28º

NOTIFICAÇÃO DE TODOS OS CONCORRENTES DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os Concorrentes, em **plataforma eletrónica ACINGOV (<https://www.acingov.pt/>)** utilizada pela entidade adjudicante.



ARTIGO 29º

CAUÇÃO

1. De acordo com o artigo 88º, nº2, alínea a) do CCP não é exigida a prestação de caução.

ARTIGO 30º

ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. O Adjudicatário deve pronunciar-se sobre a minuta do contrato considerando-se esta aceite quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos **5 (cinco) dias úteis** subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 31º

RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos nºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

ARTIGO 32º

NOTIFICAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS AO CONTRATO

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

ARTIGO 33º

OUTORGA DO CONTRATO

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de **30 (trinta) dias** contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a



todos os Concorrentes;

- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução;
2. O disposto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.
 3. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de **5 (cinco) dias**, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
 4. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 106.º do CCP.

ARTIGO 34º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO

1. A adjudicação caduca nos seguintes casos:
 - a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato;
 - b) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

ARTIGO 35º

CONTAGEM DOS PRAZOS

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no



presente programa, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 36º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que for omissa no presente Programa de Concurso e no Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no **Código dos Contratos Públicos** e restante legislação aplicável.



Anexo I
ANEXO I
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a)...
- b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Anexo II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**Alterado pelo/a Artigo 4.º do/a Decreto-Lei n.º 111-B/2017 - Diário da República
n.º 168/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-08-31, em vigor a partir de 2018-**

01-01



Anexo III

Modelo de guia de depósito bancário

O depósito em dinheiro efectuar-se-á no Banco [•], à ordem [•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros [•], €

Vai [•], (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário), com sede em [•], (morada), depositar na [•], (sede, filial, agência ou delegação) do Banco [•], a quantia de € [•], (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 18.º do Programa de Procedimento e na cláusula [•].ª do Caderno de Encargos, como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do CONTRATO para a Aquisição de Túnel Secador, Medidores de humidade de vareta e Câmaras Térmica de Infravermelhos

. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da ADAI a quem é igualmente remetido nesta data o comprovativo do depósito realizado nas condições descritas

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]



Modelo de garantia bancária

PARA: Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial

Rua Pedro Hispano nº12

3030 - 289 Coimbra

Garantia número [a preencher pelo BANCO]

[data]

Exm.os Senhores,

A pedido e por conta de [•], pessoa coletiva número [•], com sede em [•] (doravante designado por “Adjudicatário”), nos termos do artigo 18.º do Programa de Procedimento e da cláusula xx.ª do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual relativo à aquisição de Túnel Secador, Medidores de humidade de vareta e Câmaras Térmica de Infravermelhos

, o [•], SA, pessoa coletiva número [•], com sede em [•], com o capital social de € [•] (doravante designado por “Banco”) presta, pelo presente documento, a favor da ADAI, pessoa coletiva número [•], com sede em [•] (doravante designado por “Beneficiário”), uma garantia bancária, irrevogável e incondicional, até ao montante de € [montante garantido (também por extenso)], destinada a caucionar o bom e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo Adjudicatário na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o Banco obriga-se, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do Adjudicatário, a pagar, à primeira solicitação do Beneficiário, quaisquer importâncias até ao limite de € [•] (doravante designada por “Montante Garantido”).
2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do Banco perante o Beneficiário, autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. O Banco obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da solicitação do Beneficiário, a pagar ao Beneficiário, por crédito na conta bancária que vier a ser indicada para o efeito na respetiva comunicação, sem quaisquer reservas e até àquele limite, quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas, por escrito, por aquele, em resultado do incumprimento das obrigações assumidas pelo Adjudicatário no âmbito da proposta adjudicada e do correspondente contrato, sem que o Beneficiário tenha de justificar o



pedido.

4. Fica, desde já, estabelecido, que o Banco não terá, em caso algum, de apreciar a justiça ou legalidade dos pedidos feitos pelo Beneficiário, ao abrigo da presente garantia, nem os motivos ou fundamentos da sua reclamação, limitando-se o Banco, em consequência, a realizar o pagamento no prazo acima indicado, do montante estabelecido naquelacomunicação escrita. .
5. O Banco renuncia, expressamente e sem reservas, ao direito de contestar o fundamento de qualquer pedido efetuado pelo Beneficiário, nos termos aqui referidos, ao benefício da excussão prévia do património do Adjudicatário e, por conseguinte, procedendo, por uma ou mas vezes, aos pagamentos solicitados, no prazo e condições aqui previstos, independentemente de autorização ou concordância do Adjudicatário, o Banco não podendo recusar o pagamento sob qualquer pretexto ou motivo, nem podendo questionar a legalidade do pedido apresentado, renunciando expressamente a discutir a verificação do incumprimento da proposta adjudicada ou do correspondente contrato ou de qualquer exceção ou nulidade opostas pelo Adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa que o Adjudicatário possa fazer valer contraaquele.
6. A presente garantia produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válida até que o Beneficiário autorize expressamente a sua liberação, nos termos do programa de procedimento e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento daquele.

[Local e Data]

[Representação do BANCO]



Modelo de seguro-caução

PARA: Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial

Rua Pedro Hispano nº12

3030 - 289 Coimbra

Anexo à Apólice n.º: [a preencher pela Seguradora] – Condições Particulares [data]

Exm.os Senhores,

A pedido e por conta de [•], pessoa coletiva número [•], com sede em [•] (doravante designado por “Tomador” ou “Adjudicatário”), nos termos do artigo 18.º do Programa de Procedimento e do artigo 53.º do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual relativo a Aquisição de Túnel Secador, Medidores de humidade de vareta e Câmaras Térmica de Infravermelhos

, a [•], SA, pessoa coletiva número [•], com sede em [•], com o capital social de € [•] (doravante designada por “Companhia de Seguros”) presta, pelo presente documento, a favor da ADAl, pessoa coletiva número [•], com sede em [•] (doravante designado por “Segurado”), um seguro-caução até ao montante de € [montante garantido (também por extenso)], destinado a caucionar o bom e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo Adjudicatário na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, a Companhia de Seguros obriga-se, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do Adjudicatário, a pagar quaisquer importâncias até ao limite de € [•] (doravante designada por “Montante Garantido”) à primeira solicitação do Segurado.
2. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Companhia de Seguros perante o Segurado, autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. A Companhia de Seguros obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da solicitação do Segurado, a pagar ao Segurado, sem quaisquer reservas e até àquele limite, por crédito na conta bancária que vier a ser indicada para o efeito na respetiva comunicação, quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas, por escrito, por aquele, em resultado do incumprimento das obrigações assumidas pelo Adjudicatário no âmbito da proposta adjudicada e no correspondente contrato, sem que o Segurado tenha de justificar o pedido..
4. Fica, desde já, estabelecido, que a Companhia de Seguros não terá, em caso algum, de apreciar a justiça ou legalidade dos pedidos feitos pelo Segurado, ao abrigo do presente



seguro-caução, nem os motivos ou fundamentos da sua reclamação, limitando-se a Companhia de Seguros, em consequência, a realizar o pagamento no prazo acima indicado, do montante estabelecido naquela comunicação escrita. A Companhia de Seguros renuncia, expressamente e sem reservas, ao direito de contestar o fundamento de qualquer pedido efetuado pelo Segurado, nos termos aqui referidos, ao benefício da excussão prévia do património do Adjudicatário e, por conseguinte, procedendo, por uma ou mais vezes, aos pagamentos solicitados, no prazo e condições aqui previstos, independentemente de autorização ou concordância do Adjudicatário, a Companhia de Seguros não podendo recusar o pagamento sob qualquer pretexto ou motivo, nomeadamente, por falta de pagamento do prémio pelo Tomador do seguro, nem podendo questionar a legalidade do pedido apresentado, renunciando expressamente a discutir a verificação do incumprimento da proposta adjudicada ou do correspondente contrato ou de qualquer exceção ou nulidade opostas pelo Adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Segurado quaisquer reservas ou meios de defesa que o Adjudicatário possa fazer valer contra aquele.

O presente seguro-caução produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válido até que o Segurado autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulado ou alterado sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Local e Data]

[Representação da Companhia de Seguros]

[Representação do Tomador do Seguro]



ANEXO IV

Modelo de Declaração de Indicação do Preço Contratual

F...(indicar nome, estado, profissão e morada ou denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), com sede em, pessoa coletiva nº, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, propõe-se executar o fornecimento a que se refere a consulta para o 'Concurso Público CP/1/2021 para Aquisição de Túnel Secador, Medidores de humidade de vareta e Câmaras Térmica de Infravermelhos, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo de, pelo preço contratual de€ (por extenso), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 7 do art.º 61º do CCP. À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa em vigor. Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução deste contrato, à legislação em vigor.

Data..... Assinatura(s)

(Deverá ser indicada a qualidade do signatário)